



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## ATA

### REUNIÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS - LEGALLAB

Às 10 horas, do dia 17 de janeiro de 2024, de forma presencial, na sala de reunião da Divisão de Gestão e Projetos/SEPLAN, reuniram-se os servidores Bruno Oliveira de Souza (membro do Liods e Diretor da Divisão de Gestão e Projetos); Gizelly Caroline França Guimarães (Secretária do Laboratório de Inovação do TJAM - LegalLab); Rafael Luan Andrade Santos (Escola Judicial do TJAM - EJUD); Monike Saldanha Antony (Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS); Afonso de Souza Nascimento Júnior (Assessoria de Comunicação Social - ACS); Vanessa Barbosa Brito (Assessoria de Comunicação Social - ACS), com o objetivo de tratar sobre o desenvolvimento do Projeto de Linguagem Simples no âmbito do Tribunal e definir as tratativas a serem tomadas para a implementação do Projeto. Procedeu-se à abertura da reunião, conduzida pelo servidor Bruno Oliveira, que comunicou que o Projeto de Linguagem Simples a ser implementado é para atendimento de três normativas do CNJ, a saber, a Resolução do CNJ nº 353, art. 9º, inciso XIV de 4 de dezembro de 2023, que institui o Prêmio CNJ de Qualidade 2024 estabelecendo requisitos para apresentação de projeto de Linguagem Simples; a Portaria da Presidência do CNJ nº 351, de 4 de dezembro de 2023, que institui no Conselho Nacional de Justiça o Selo Linguagem Simples e o Selo de Linguagem Simples; e a Recomendação CNJ nº 144, de 25 de agosto de 2023, que trata sobre a Implementação de Projeto e Ações Integradas sobre Linguagem Simples no âmbito dos Tribunais. Na oportunidade, o servidor Bruno Oliveira leu os requisitos do Selo de Linguagem Simples e considerou que a portaria do CNJ já é o Plano de Ação a ser implementado, debatendo em sequência sobre os principais requisitos junto aos presentes. O servidor Bruno Oliveira finalizou os debates sugerindo fazer um Plano de Ação, no primeiro momento, de acordo com a Portaria do Selo de Linguagem Simples, organizando as ações por etapas/escopos. Até 31/07/2024, 100% das áreas administrativas, e um segmento da área judicial, com uma Unidade Judicial. E a criação de Grupo de Trabalho pela Presidência, com áreas, tais como, Corregedoria, Secretaria de Justiça, Cerimonial, Acessibilidade, Comunicação, Laboratório de Inovação, Divisão de Gestão e Projetos/Seplan, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade EJUD e ESMAM. A servidora Gizelly Guimarães informou que o Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Amazonas pretende realizar parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região para realizar ações de forma colaborativa, no intuito de

formar uma rede de inovação entre os respectivos Tribunais. Após os debates realizados, a servidora Gizelly Guimarães realizou uma oficina de Design Thinking para buscar entender a problemática apresentada e estimular a proposição de soluções. Foram apresentadas diversas propostas, tais como: criação de Glossário, cartilha de Linguagem Simples, vídeos, simplificação de documentos. Seguindo os debates, o servidor Bruno Oliveira destacou a acessibilidade e inclusão, em relação à audiodescrição e libras; desafio da simplificação da documentação judicial, sem expressões técnicas desnecessárias; Linguagem Simples direta e compreensível a todos os cidadãos; criação de manuais e guias para orientar cidadãos e cidadãs sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos; a necessidade de QRCode disponível no site pra facilitar a compreensão; Simplificação e brevidade nas solenidades; dentre outros. Destacou, ainda, o desafio do Assessor de Juiz que terá de elaborar a versão completa e a resumida da sentença. Sugeriu que no site do TJAM, no espaço de Acessibilidade, criar um Campo “Simplificando a Justiça”, com PDFs dos Manuais, Guias, Glossários e futuros banners etc. A servidora Monike Antony destacou a necessidade de transcrever as palavras judiciais e facilitar a linguagem com o cidadão. Enfatizou que o Projeto de Linguagem Simples entrou no requisito de Acessibilidade, por conta da Inclusão, que o CNJ considera a Linguagem Simples como sendo Inclusão. Ponderou que é necessário que a área de Tecnologia da Informação e um magistrado estejam presentes na implementação no projeto. O servidor Rafael Santos enfatizou que o Selo cita o uso de linguagem nos documentos judiciais, sem uso de linguagem técnica. Citou que já há esse entendimento entre os magistrados, mas há a preocupação por parte deles de que não se altere a substância do direito. Citou, ainda, que o projeto pode ser iniciado com a área administrativa e finalizar com as decisões judiciais, mas com outra abordagem. Relatou a sua experiência com trabalhos judiciais e destacou que o cidadão não entende a comunicação judicial e sugeriu a criação de vídeos curtos (como pílulas) explicando os termos jurídicos. Ponderou que a EJUD possui o CFIS – Curso Inicial de Formação de Servidores e que vai incluir um Módulo de Linguagem Simples. Ponderou, ainda, que a EJUD tem um Curso chamado de “Acesso à Justiça”, promovido para as Universidades Públicas e Particulares, a fim de aproximar o Judiciário dos estudantes. E para 2024 está planejado um Trabalho junto à SEDUC e SEMED, no ensino básico, com o intuito de aproximar o Judiciário da sociedade com o curso “Acesso à Justiça e Direitos Fundamentais”. Quanto ao Interior com o “Programa de Interiorização” há a palestra de Acesso à Justiça. Sugeriu, ainda, que partes interessadas externas, como a OAB, Defensoria Pública Estadual e Ministério Público participem do Projeto ou ainda na validação da documentação criada. A servidora Gizelly Guimarães citou que a proposta poderia ser a implementação da Linguagem Simples em uma Vara Modelo (como protótipo), estendendo-se depois para as demais áreas. Sugeriu, ainda, o nome do dr. Igor Campagnolli (Juiz Auxiliar da Presidência) para coordenar os trabalhos, uma vez que já faz parte do Laboratório de Inovação. Conforme discutido nesta reunião definiu-se as seguintes ações a serem implementadas: Elaboração de Plano de Ação para a implementação da Linguagem Simples e criação de Grupo de Trabalho pela Presidência. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião. Feitos os agradecimentos, encerrou-se a sessão às 11:30h. Destaca-se que a

presente Ata segue assinada pela Secretária da Comissão do Laboratório de Inovação, com anuência dos demais participantes.



Documento assinado eletronicamente por **Gizelly Caroline Franca Guimaraes, Chefe de Setor**, em 10/04/2024, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL LUAN ANDRADE SANTOS, Secretário**, em 10/04/2024, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MONIKE SALDANHA ANTONY, Diretor(a)**, em 10/04/2024, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Barbosa Brito, Servidor**, em 10/04/2024, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO OLIVEIRA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 10/04/2024, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER CEZAR MERKLEIN, Usuário Externo**, em 09/05/2024, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HYLACE MIRANDA BRAGA FILHO, Usuário Externo**, em 09/05/2024, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1521713** e o código CRC **9E18064F**.